

ATA NÚMERO 87/XII (2.ª)

Aos onze dias do mês de dezembro de 2012, pelas 17 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Eleição do Vice-Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação.

2 — Apreciação e votação do parecer sobre o projeto de lei n.º 280/XII (2.ª) (BE) - «Designação e destituição do Conselho de Administração da RTP pela Assembleia da República»:

Deputada Relatora: Inês de Medeiros (PS);

3 — Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 192/XII (2.ª), apresentada por Sérgio Paulo Marques Abalada, solicitando que a Assembleia da República adote medidas sobre o pagamento injusto de taxas audiovisuais:

Deputada Relatora: Conceição Caldeira (PSD);

4 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Director-Geral de Conteúdos, da produtora Ana Pitas, do ex-Subdirector de Informação, do Diretor Adjunto de Informação e da Comissão de Trabalhadores da RTP, para esclarecimento do incidente ocorrido na RTP após a manifestação de 14 de novembro;

5 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre a suspensão de funções do ex-Diretor de Informação da RTP, Nuno Santos.

6 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

Parecer elaborado pelo Deputado Pedro Delgado Alves (PS), sobre o alcance do artigo 21.º do Estatuto dos Deputados.

7 — Visita da Comissão às instalações da ANACOM;

8 — Apreciação e votação de Atas;

9 — Outros assuntos.

—

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Jacinto Serrão, do PS, presidiu inicialmente à reunião, em substituição do Senhor Presidente da Comissão, Deputado Mendes Bota, que se encontrava naquele momento ausente em trabalho parlamentar.

Entrando no primeiro ponto da Ordem do Dia, foi eleita, por unanimidade, como 2.^a Vice-Presidente da Comissão, a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), em substituição da Senhora Deputada Catarina Martins (BE).

No segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Vice-Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) para apresentação do seu parecer relativo ao projeto de lei n.º 280/XII (2.^a) (BE) - «Designação e destituição do Conselho de Administração da RTP pela Assembleia da República», que pode ser consultado em

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhelIniciativa.aspx?BID=37223>

Afirmou compreender, enquanto Relatora, as preocupações do Grupo Parlamentar do BE, na medida em que se verifica uma crescente desconfiança dos portugueses no poder político e nas instituições públicas, não deixando, contudo, de estranhar as propostas apresentadas para garantir a independência da RTP e colmatar a desconfiança dos cidadãos nas instituições, e daí não poder acompanhar esta atitude claramente expressa «do mal, o menos».

Prosseguiu, afirmando que o Programa Estratégico de Serviço Público de Rádio e Televisão levanta algumas interrogações, designadamente no que tem a ver com o seu enquadramento legal e a sua articulação com o contrato de concessão para a prestação de serviço público de rádio e televisão.

Na opinião da Relatora, a ser adotado este texto, a eleição de um presidente do Conselho de Administração com base num programa em que o próprio daria uma «definição rigorosa da estratégia de programação, com as principais prioridades para os diversos serviços de programas e o peso de cada componente», assim como «a definição dos objetivos de audiências e de públicos-alvo e das estratégias de captação e fidelização de cada um dos públicos, garantindo a diversidade

cultural e social própria de serviço público» e a «definição de critérios de qualidade», poderia ser a legitimação da violação do direito constitucional da liberdade de imprensa, pondo em causa a autonomia editorial de cada um dos serviços e respetivos diretores salvaguardada pela Lei de Televisão e sucessivas revisões.

Seguiu-se um breve debate, em que usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Carla Rodrigues (PSD) e Raúl de Almeida (CDS-PP).

Submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, usou da palavra a Senhora Deputada Maria da Conceição Caldeira (PSD) para a apresentação do relatório final relativo à petição n.º 192/XII (2.ª), apresentada por Sérgio Paulo Marques Abalada, solicitando que a Assembleia da República adote medidas sobre o pagamento injusto de taxas audiovisuais, o qual pode ser consultado em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=12307>.

Terminou concluindo que a petição deve ser arquivada, com conhecimento ao peticionário.

Submetido à votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade.

No âmbito do quarto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Vice-Presidente informou a Comissão de que tinha dado entrada nos serviços da Comissão um requerimento do Grupo Parlamentar do PS acerca da instauração de um processo disciplinar ao ex-Diretor de Informação da Rádio e Televisão de Portugal, na sequência das declarações por si proferidas na Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, coincidindo com o objetivo do requerimento apresentado pelo PCP — a audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares — e que constava já da Ordem do Dia. Foi deliberado pela Comissão agendar também este último requerimento do PS e fazer a discussão conjunta dos mesmos.

Nesse sentido, usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), que afirmou destinar-se o requerimento apresentado (que pode ser consultado em

http://arnet/sites/XIILeg/COM/12CPECC/ArquivoComissao/Requerimentos/Requerimentos%20do%20BE/Requerimento%20do%20BE%20-%20Audição%20várias%20entidades%20da%20RTP_Demissão%20Nuno%20Santos.pdf) a esclarecer a verdade dos factos, já que não se conhecem ainda os níveis de informação e

intervenção do Diretor-Geral de Conteúdos no processo de visionamento pela PSP de imagens editadas e não editadas, continuando por esclarecer quem recebeu o primeiro pedido feito pela PSP, por quem e em que termos foi o mesmo feito, quem objetivamente autorizou o visionamento e em que condições o mesmo se efetuou. Nesse sentido, frisou, o Grupo Parlamentar do BE requer a audição urgente de Luís Marinho, Diretor-Geral de Conteúdos da RTP, de Ana Pitas, produtora da RTP, de Luís Castro, ex-subdirector de Informação da RTP, de Vítor Gonçalves, diretor adjunto de informação da RTP, e da Comissão de Trabalhadores da RTP.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), referindo que a razão que levou à apresentação do requerimento do PCP —

[http://arnet/sites/XIILeg/COM/12CPECC/ArquivoComissao/Requerimentos/Requerimentos%20do%20PCP/Requerimento%20do%20PCP%20-%20Ministro%20Assuntos%20Parlamentares%20\(RTP%20-%20Nuno%20Santos\).PDF](http://arnet/sites/XIILeg/COM/12CPECC/ArquivoComissao/Requerimentos/Requerimentos%20do%20PCP/Requerimento%20do%20PCP%20-%20Ministro%20Assuntos%20Parlamentares%20(RTP%20-%20Nuno%20Santos).PDF) — prende-se com a gravidade do conteúdo do documento emitido pelo Conselho de Administração da RTP a 6 de novembro de 2012, sobre a «aquisição de conteúdos/formulário de aquisição de conteúdos, e apresentado pelo jornalista Nuno Santos, ex-Diretor de Informação da RTP, na audição da Comissão — a Ordem de Serviço n.º 14. Sublinhou que esta ordem de serviço transforma opções editoriais das Direções de Informação em pedidos de autorização ao respetivo Conselho de Administração, com uma espécie de «direito de veto» sobre trabalhos de reportagem e cobertura noticiosa.

Para apresentar o requerimento do PS —

[http://arnet/sites/XIILeg/COM/12CPECC/ArquivoComissao/Requerimentos/Requerimentos%20do%20PS/Requerimento%20do%20PS%20-%20Ministro%20Assuntos%20Parlamentares%20\(RTP%20-%20Nuno%20Santos\).PDF](http://arnet/sites/XIILeg/COM/12CPECC/ArquivoComissao/Requerimentos/Requerimentos%20do%20PS/Requerimento%20do%20PS%20-%20Ministro%20Assuntos%20Parlamentares%20(RTP%20-%20Nuno%20Santos).PDF) — usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Seabra (PS), que se referiu à inexplicável situação que se vive na RTP, quer do ponto de vista dos comportamentos do Conselho de Administração, quer do ponto de vista do comportamento omissivo da tutela em relação a uma ordem de serviço reveladora de uma iniquidade absoluta e que viola a liberdade editorial de qualquer redação. Sublinhou que, no entanto, o tema central do requerimento tem a ver com a decisão de instauração do processo disciplinar a Nuno Santos por «delito de opinião», pelas declarações feitas pelo mesmo na Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, o que exige uma intervenção incisiva.

Entretanto assumiu a presidência o Senhor Presidente Mendes Bota.

Seguiu-se um breve período de debate em que usaram da palavra os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP) e Carla Rodrigues (PSD), que sublinharam que o importante era apurar a verdade dos factos, o que só poderia ser resolvido após a audição de todas as pessoas envolvidas.

Terminada a discussão, o Senhor Presidente submeteu os três requerimentos a votação.

O requerimento do Grupo Parlamentar do BE, na parte respeitante à audição de Luís Marinho, Diretor-Geral de Conteúdos da RTP, Ana Pitas, produtora da RTP, Luís Castro, ex-Subdirector de Informação da RTP, e Vítor Gonçalves, Diretor Adjunto de Informação da RTP, foi aprovado por unanimidade.

Na parte respeitante à audição da Comissão de Trabalhadores da RTP, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD e CDS-PP e votos a favor do PS, PCP e BE.

Os requerimentos dos Grupos Parlamentares do PCP e do PS foram rejeitados, com votos contra do PSD e CDS-PP e votos a favor do PS, PCP e BE.

A respeito do ponto 6 da agenda, a Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) solicitou ao Senhor Presidente o adiamento para a próxima semana da apreciação do parecer elaborado pelo Deputado Pedro Delgado Alves (PS), sobre o alcance do artigo 21.º do Estatuto dos Deputados, o que foi concedido.

Em relação ao ponto sete, a Comissão deliberou que, em resposta ao convite que lhe foi endereçado pela Presidente do Conselho de Administração da ANACOM para apresentar e discutir com os Senhores Deputados o balanço sobre os primeiros seis meses da TDT após o desligamento total das emissões analógicas, iria efetuar uma visita de trabalho às instalações da empresa no próximo mês de Janeiro.

Nada havendo a tratar no ponto oito, a Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) informou a Comissão, no âmbito do ponto nove, «Outros assuntos», que a discussão do projeto de resolução n.º 501/XII (2.ª), ao abrigo do n.º 2 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, iria ser feita em Plenário.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20121211.mp3.

A reunião foi encerrada pelas dezanove horas e dez minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(José Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias
Carla Rodrigues
Cecília Honório
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
João Portugal
Lídia Bulcão
Manuel Seabra
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo
Filipe Neto Brandão
João Figueiredo
João Lobo
João Oliveira
Pedro Delgado Alves
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida
Glória Araújo
Isabel Oneto
Luís Pita Ameixa

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 05/03/2013.